

# Sarney prepara roteiro

FOTOS: ARQUIVO

JULIENSE

Brasília, domingo, 6 de agosto de 1989 3

## para fim de governo

A. C. SCARTEZINI

Um roteiro de fim de governo em elaboração no Planalto pretende cobrar mais trabalho dos ministros, através de uma vigilância diária do presidente Sarney e, ao mesmo tempo, reclamar dos partidos e do Congresso Nacional medidas administrativas coerentes com o pacto contra a inflação, que propuseram na semana passada.

A formulação do roteiro gira em torno do novo assessor presidencial, Augusto Marzagão, encarregado de conduzir a questão dentro de uma política de comunicação social, para mudar a imagem do governo em seus últimos sete meses e retirá-lo do tiroteio entre os candidatos à eleição para presidente, em novembro.

A cobrança pessoal de Sarney sobre os ministros já começou com a reedição dos bilhetinhos que Jânio Quadros costumava despachar para a Esplanada, durante seus sete meses de governo, em 1960. A partir da leitura dos jornais, o presidente envia recados aos ministérios, pedindo providências administrativas.

### MINISTROS

Embora estejam no centro das preocupações do Planalto, os ministros da área econômica não devem ser trocados por Sarney. Pelo contrário, há a idéia de reaproveitar medidas propostas pelos ministros João Batista de Abreu (Planejamen-

to) e Mailson da Nóbrega (Fazenda) derrubadas pelo Congresso.

Em nome da coerência com a proposta de enxugamento da máquina administrativa, que consta do pacto encaminhado na semana passada, Abreu pensa, por exemplo, em reapresentar a operação desmonte, para que, finalmente, o Congresso a aprove, mas sabe que terá dificuldades em retirar dos congressistas uma mudança de comportamento.

No final da semana, Abreu comentou, com desalento, a falta de coerência parlamentar:

“Oitenta por cento das medidas propostas pelo pacto, o governo já adotou no começo do ano, e as outras 20 por cento o Congresso rejeitou”.

A rejeição incidiu em cheio sobre a extinção de empresas públicas, que o governo pretendia realizar para conter o seu déficit, agravado pela transferência de recursos tributários para os estados e municípios, que os mesmos congressistas aprovaram no ano passado, na Constituinte.

Sabe o governo que será difícil ao Congresso aprovar providências como a retirada de subsídios e incentivos fiscais, ainda mais pela circunstância de que os deputados e um terço dos senadores estarão com seus mandatos em jogo nas eleições do próximo ano.

Quanto à posição do ministro Mailson da Nóbrega, o roteiro de fim de governo considera o apoio que o

Ministério da Fazenda está conquistando junto a empresários e economistas, a favor de sua política de arrocho monetário e juros altos para afastar a hiperinflação — e que está mantendo sob controle a taxa mensal de inflação.

Considera, o governo, ser possível chegar à eleição presidencial com a inflação contida em torno de um por cento ao dia, o que seria mais difícil sem a política de juros e arrocho de Mailson. No jantar da última segunda-feira com economistas desvinculados do governo, Mailson encontrou consenso a favor de sua política, enquanto os mais pessimistas acreditavam que a inflação mensal não chegaria a 40 por cento até a eleição.

A favor do ministro, lembra-se que a inflação não passa de um por cento ao dia, apesar de conviver com uma balança comercial superavitária. O ingresso de divisas externas pela balança representa uma pressão formidável para a emissão de dinheiro, a começar pela necessidade de converter as estrangeiras para a moeda local.

Mesmo assim, a base monetária deve apresentar, em julho último, uma expansão de apenas oito por cento, o que demonstra a força do arrocho contra ela. A diminuição do dinheiro em circulação, mais os juros altos, segura a inflação, ainda que com o risco de recessão em curto tempo.